VERITAE

TRABALHO PREVIDÊNCIA SOCIAL SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

Orientador Empresarial

ARTIGOS

OS NÃO NACIONAIS IMIGRANTES E O SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE DO BRASIL: A UNIVERSALIDADE DO DIREITO À SAÚDE E A PANDEMIA DE COVID-19

.....

Em que pese na teoria existir pouco ou nenhum espaço para contestar o direito à saúde pública dos não nacionais imigrantes, na prática percebemos, após narrar os fatos ligados aos formulários do SUS, que existe por parte dos poderes públicos um relativo esquecimento do não nacional imigrante, fato que é bastante controversível. Para deixar bem explicado, vale ratificar que o tratamento dado aos não nacionais imigrantes deve independe de documentação, já que a qualidade da entrada dessa pessoa no país em nada prejudica seu direito humano de receber todos os tipos de atendimento de saúde pública.

.....

Por Pedro Teixeira Pinos Greco*

RESUMO

O objetivo deste artigo foi investigar o direito humano e fundamental à saúde pública dos não nacionais imigrantes, especificamente durante a pandemia de covid-19. Para cumprir essa proposta, buscou-se compreender o contexto em que os não nacionais imigrantes estão inseridos em nosso país, bem como analisar o atendimento dessa população no âmbito do Sistema Único de Saúde, em especial o preenchimento dos formulários do sistema público em relação aos não nacionais imigrantes no curso da covid-19 no Brasil. A metodologia incluiu análises doutrinária, legislativa e documental a partir de uma abordagem analítico-interpretativa. Concluiu-se que existe, por parte dos poderes públicos, relativo esquecimento dos não nacionais imigrantes. A fim de mitigar essa situação, defendem-se a mudança nos formulários do Sistema Único de Saúde para a inclusão do campo “não nacional”, a ampliação dos programas de medicina preventiva,

a capacitação dos profissionais de saúde e a criação de canais de diálogo no idioma dos não nacionais imigrantes.

I - Construção do quadro fático-teórico

O desejo deste escrito foi a apresentação e a problematização, de forma descritiva, do princípio da universalidade do direito à saúde pública dos não nacionais imigrantes durante a pandemia de covid-19 no Brasil. Preliminarmente, esclarece-se que a expressão “não nacional” foi utilizada porque se mostra mais inclusiva, dado que a palavra “estrangeiro”, em sua antiga raiz etimológica latina e francesa, significa “estranho”.

Da mesma forma, manejamos neste texto apenas o termo “não nacional imigrante”, ou seja, não será abordado o não nacional que está de passagem ou na condição de turista ou, ainda, o não nacional que normalmente mora em outro país (fronteiriço, por exemplo) e busca tratamento médico em nosso país. Assim, esclarecemos que o objeto de estudo deste compilado é o não nacional imigrante, ou seja, aquela pessoa que não é brasileira nata ou naturalizada e que vem com ânimo firme de residir no Brasil.

Por meio de uma revisão da literatura, cotejado pelas notícias de acontecimentos atuais, desejamos entender como a universalidade do acesso aos serviços de saúde pública, que é um mandamento constitucional e legal, não é na prática, como narraremos no estudo de caso, necessariamente sinônimo de que os não nacionais imigrantes terão o direito à saúde pública garantido no curso da crise sanitária proporcionada pelo covid-19 em nosso país. Com isso, nossa proposta foi colocar luz em um assunto que talvez tenha tido pouca reverberação sanitária e social, apesar de sua elevada significância do ponto de vista dos direitos humanos.

No que tange à metodologia do presente estudo, ele compreendeu a análise doutrinária, legislativa e documental sob os cânones do levantamento de pesquisa científica, desejando um tratamento analítico-interpretativo. Outrossim, também foi conduzida uma pesquisa bibliográfica dos principais estudiosos que se debruçam sobre a pandemia de covid-19, o direito à saúde e os não nacionais imigrantes. Desse jeito, almejou-se estudar o assunto com um olhar interdisciplinar para que algumas das diferentes áreas das Ciências Humanas e Sociais se complementassem mutuamente, enriquecendo o conhecimento produzido neste redigido.

Desse modo, trabalhou-se com características de nosso sistema público de saúde, notadamente, os formulários do Sistema Único de Saúde (SUS), a fim de vislumbrar se nosso país pratica uma espécie de desídia em relação aos não nacionais imigrantes dentro de suas instituições públicas de saúde. Com esse pilar metodológico fincado, vemos com apreensão o cenário em que muitas vezes somos norteados por nossos instintos xenófobos e, não raro, nos esquecemos da técnica fraterna e solidária em relação ao não nacional imigrante e a seus direitos humanos, mormente o direito à saúde pública.

Isso seria explicado pelo fato de que nosso país vem experimentando, na última década (FERRARI, 2019), desafios de toda sorte – econômicos, políticos, trabalhistas, previdenciários, sociais, ambientais e, mais recentemente, de saúde pública –, sendo que um entrave muitas vezes potencializa o outro e que é fato notório que o Brasil é um país do sul global, em estágio de desenvolvimento e com forte desigualdade social, regional e racial, acentuada pela concentração de renda e pela expressiva pobreza, como certifica Maria Ozanira da Silva e Silva (2010, p. 161).

Por conta dessas realidades, o Brasil pode ser um campo fértil para que brote um entendimento, em verdade falacioso, de que seríamos um Estado com poucos recursos e, por isso, seria complicado garantir aos brasileiros o mínimo existencial, logo não haveria espaço para recebermos não nacionais imigrantes, tampouco darmos a eles o direito à saúde pública. Para partidários dessa noção, seria legítimo rechaçar a entrada e a permanência dessa população, bem como a concessão de direitos humanos e fundamentais como saúde, educação, trabalho, assistência social, moradia e alimentação, porquanto esse público seria na verdade um fardo para nosso país e teríamos outras prioridades. Nesse mesmo traçado, no que tange, em especial, ao direito à saúde pública dos não nacionais imigrantes, ainda pode haver a ideia de que eles estariam usurpando esse direito, em teoria, retirando a vez de um brasileiro.

Ao mesmo tempo, é comum que os não nacionais imigrantes que estão no Brasil estejam em uma situação de sensível vulnerabilidade social, econômica, sanitária, laboral, assistencial e documental, dentre outras, vivendo com toda ordem de dificuldades para se adaptar aos costumes e tradições, outrossim para aprender a língua, o que somente avulta suas situações de fragilidade. De mais a mais, ainda são recorrentes os casos de preconceito, racismo e xenofobia que perpassam uma série de obstáculos (PANDEMIA..., 2020a), entre os quais podemos citar, por exemplo, as adversidades para conseguir um emprego formal, acessar os programas de assistência social, retirar documentos de identificação pessoal e, principalmente, em tema que será melhor esmiuçado adiante, conseguir ter garantido o direito à saúde pública.

Todo esse horizonte atribulado existia antes mesmo da pandemia de covid-19, mas, durante seu curso, foi dilatado. A causa disso estaria na aguda crise econômico-financeira que o Brasil tem experimentado com os efeitos negativos proporcionados pelo coronavírus, o que desaqueceu a produção de riquezas, diminuiu o produto interno bruto (ALVARENGA; GERBELLI; MARTINS, 2020) e promoveu o rápido crescimento do desemprego (ALVARENGA; SILVEIRA, 2020). Ao mesmo tempo, os não nacionais imigrantes têm tido contratempos para acessar os direitos humanos (CARDOSO, 2021) fundamentais e os equipamentos, institutos e instituições públicas que ofertam tais direitos (VIDIGAL, 2021).

Como objetivo principal desse exame, buscamos as ideias científicas como elas são aplicadas no mundo do “ser”, mas sem olvidar como deveriam existir no mundo do “dever ser”. Dessa maneira, evitamos olhar o tema por apenas um prisma, aliando a visão daquele que idealizou com a daquele que a executa na prática. Em síntese, foi uma tarefa hercúlea que objetivamos levar com serenidade para que pudéssemos examinar alguns assuntos que precisam ser

debatidos e que, muitas vezes, ficam arquivados em nossos escaninhos sem receberem o devido reparo.

.....

Acesse a íntegra do Artigo no link:

<https://www.revistas.usp.br/rdisan/article/view/182443/191574>

***Pedro Teixeira Pinos Greco é Doutorando em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ. Mestre em Direitos Humanos e Políticas Públicas pelo NEPP-DH/UFRJ. Pós-graduado em Direito Privado pela UCAM. Pós-graduado em Direito Público pela UCAM. Bacharel em Direito pela FND/UFRJ. Advogado. Analista Jurídico da DPERJ. Membro do IAB. Autor do Livro “Trabalhadores Imigrantes não Nacionais”, 2022. Email: pedrotpgreco@gmail.com**

Artigo divulgado por VERITAE, em Edição VOE/Mar/02 e publicado no site www.veritae.com.br, Seção ARTIGOS.

Publicado originalmente na [Revista de Direito Sanitário da USP, Edição v.2 n.2 \(2022\)](#).

[Acesse todos os Artigos!](#)

As opiniões expressas nesta Seção são de responsabilidade de seus Autores, sendo, a divulgação por VERITAE *Orientador Empresarial*, devidamente autorizada pelos mesmos.

VERITAE

Edições Trabalhistas, Previdenciárias e de Segurança e Saúde no Trabalho

ISSN 1981-7584

[Envie-nos seu Artigo: veritae@veritae.com.br](mailto:veritae@veritae.com.br)

www.veritae.com.br

Visite-nos no [Facebook!](#)